

Governo quer dividir sacrifícios

META É REDUZIR TRANSFERÊNCIAS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS E AUMENTAR TRIBUTOS, PARA CRIAR FUNDO DE EMERGÊNCIA.

VÂNIA CRISTINO
E RAUL PILATI

O esforço para o ajuste fiscal, que o governo precisa fazer para conseguir fechar as contas no próximo ano, sem pegar dinheiro emprestado, será dividido entre a União, Estados, municípios e contribuintes, disse ao **JT** uma oficial. A meta é reter parte das transferências obrigatórias e aumentar os tributos para formar um fundo de emergência, destinado a cobrir despesas para as quais o dinheiro é insuficiente.

Com o fundo, o governo quer aumentar a parcela de impostos que ficam sob seu controle, diminuindo em 15% os repasses para as outras esferas da administração. Dos contribuintes, espera-se arrecadar mais US\$ 3,79 bilhões, com o aumento de 5% nas alíquotas de todos os impostos federais. Mesmo com o aumento da arrecadação, para conseguir o ajuste, a equipe econômica precisou reduzir em US\$ 22,1 bilhões as despesas do Orçamento de 94.

Mas, para colocar este plano em execução, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, depende da aprovação das medidas pelo Congresso. O Fundo Social de Emergência, como foi batizado, só existirá se os parlamentares aprovarem uma emenda à Constituição, que será enviada na próxima semana. O aumen-



Arquivo/AE

FHC espera apoio do Congresso

to das alíquotas também depende de aprovação do Congresso.

Para que a sobretaxa de 5% sobre o Imposto de Renda (IR) e o Imposto Territorial Rural (ITR) entre em vigor em janeiro próximo, deputados e senadores precisarão aprovar o aumento até o dia 31 de dezembro. Já a elevação das alíquotas sobre as contribuições sociais, como Previdência Social e PIS-PASEP, pode entrar em vigor três meses após a sua aprovação. O adicional sobre os demais impostos federais, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) não precisa de carência para entrar em vigor. Basta ser regulamentado, após a aprovação pelo Congresso.

Com o aumento de impostos,

as alíquotas do Imposto de Renda na fonte das pessoas físicas passam de 15% e 25% para 15,75% e 26,25%. As contribuições devidas pelas empresas à Previdência Social sobem de 22,2% para 23,31% sobre a folha de salários. Já os trabalhadores passarão a contribuir com 8,4%, 9,45% e 10,5%, dependendo da faixa de salários. Hoje eles pagam 8%, 9% e 10%.

Nessa semana, o ministro Fernando Henrique anuncia a segunda etapa do seu plano econômico: será criado um novo indexador, a Unidade de Referência (UR), vinculado ao dólar, que depois será transformado em moeda. Como a correção deste indexador será diária e acompanhará a evolução do dólar, a equipe econômica acredita que todas as pessoas terão interesse em atrelar seus preços a UR. Até mesmo os empregados, que irão preferir ter os salários vinculados ao novo índice.

A adesão à nova moeda será voluntária, o que evitará a quebra de contratos e disputas judiciais. Quando toda a economia estiver indexada à UR, ela deixará de ser um índice e passará a ser a moeda nacional, acabando-se com o cruzeiro real. Segundo os técnicos, a UR manterá o valor real dos preços enquanto for indexador. Quando se tornar moeda, acreditam, a inflação deixará de existir, junto com o cruzeiro real.